



Entrevista á Fernando Pacheco por Aida Freudenthal

Aida gisela freudenthal

investigadora independente (aposentada)

aidagisela@gmail.com

O engenheiro FERNANDO PACHECO nasceu em 1949 em Calulo, Cuanza Sul, onde concluiu a escola primária. Fez os estudos secundários no Liceu Salvador Correia em Luanda. Entre 1969 e 1974, concluiu o curso de engenheiro agrónomo na Faculdade de Agronomia no Huambo, à data um polo da Universidade de Luanda. Ainda como estudante universitário teve a oportunidade de conhecer o programa de Extensão Rural, uma experiência inovadora de capacitação dos pequenos agricultores. Tal experiência iria ser marcante no seu percurso profissional, cívico e político, por ter lidado com profissionais de elevada craveira em matéria de desenvolvimento rural e desenvolvimento em geral.

Desde o início do seu itinerário profissional, coincidente com a transição para a independência de Angola, o nosso entrevistado tem dedicado a sua vida ao desenvolvimento rural e às políticas no sector agrário, pelo que detém hoje uma visão privilegiada do seu país. Participou na criação das novas estruturas do Estado angolano, como Director Nacional no Ministério da Agricultura (1976-1978) e depois como Delegado do Ministério da Agricultura na Província de Malanje (1978-1986), numa época particularmente difícil de instabilidade política devido aos confrontos militares entre o Governo do MPLA e a UNITA, que atingiram essa província em 1983.

Enquanto militante do MPLA, foi um dos integrantes dos grupos que criaram as estruturas desse movimento no Huambo, timidamente ainda antes da revolução dos cravos em Portugal, e depois de modo mais activo. Mais tarde Director do Departamento de Política Agrária do MPLA (1986-1990) onde procurou dar corpo à ideia de que a agricultura deveria ser a base do desenvolvimento do país. Procurou sobretudo corrigir o rumo então ancorado nas grandes empresas socialistas inspiradas no modelo soviético, através de uma maior inclusão dos camponeses e pequenos agricultores, do incentivo ao cooperativismo e de mais atenção ao

sector privado. Contudo a guerra civil impossibilitou a implementação das medidas preconizadas. A produção continuou afectada e a situação dos camponeses tornou-se quase desesperada.

Desencantado com a política partidária F.P. optou por outras formas de intervenção orientando a sua acção para a sociedade civil, com o objetivo de mitigar os problemas dos camponeses e da população rural em geral, as que mais haviam sido prejudicadas pela guerra. Em 1990 foi um dos fundadores da ADRA-Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, a cujo Conselho Diretivo presidiu entre 1993 e 2008. Foi essa a primeira ONG a estabelecer em Angola um programa de capacitação a nível das comunidades camponesas afectadas pela guerra, ao mesmo tempo que procurava influenciar as políticas governamentais para o sector agrário e para o desenvolvimento em geral.

Com créditos firmados nos projetos desenvolvidos ao longo de vários anos, foi ainda consultor independente trabalhando, desde 2003, tanto para instituições oficiais angolanas como para agências internacionais, organismos multilaterais, ONG's e sector privado.

A sua preocupação constante nos problemas agrários que persistem no país, mesmo depois de estabelecida a paz, foi enriquecida pelo exercício da atividade de Coordenador do OPSA- Observatório Político e Social Angolano, membro pioneiro da Fundação Quiçama e da Associação Cultural e Recreativa Chá de Caxinde. Mais recentemente foi designado membro do Júri do Prémio Sirius em 2017.

O nosso entrevistado tem publicado artigos em vários livros e revistas nacionais e internacionais, escreve regularmente artigos de opinião e concede entrevistas a órgãos de comunicação social angolanos. Como reconhecimento da sua competência e do seu percurso dedicado às questões essenciais do desenvolvimento sustentado no país, em Fevereiro de 2018 foi designado membro do Conselho da República, órgão consultivo do Presidente da República de Angola.

Aida Freudenthal

Em torno do estado atual da nação angolana

AF - Centrada na sua formação profissional, em experiências de vida e nas suas expetativas para o futuro, poderá decerto ajudar-nos a melhor compreender Angola desde o seu acesso à independência, há uns escassos 40 anos. Nesse sentido, deparamos com uma afirmação sua: “Angola é uma casa sem alicerces”.¹

FP - É uma afirmação feita num determinado contexto. Longe de mim negar a riquíssima história do meu país. Referia-me ao processo de reconstrução de Angola depois das várias guerras que tivemos, e sobretudo da mais destruidora que findou em 2002. Os governantes angolanos assumiam de modo arrogante o modelo “exemplar” de reconstrução e reconciliação e muitos dos seus apoiantes no exterior, na maior parte dos casos por interesses comerciais ou financeiros, faziam absurdos elogios a um processo sem consistência. Desde logo, porque a reconstrução do tecido social e humano foi “esquecido”, e depois porque os problemas financeiros decorrentes da baixa do preço do petróleo em 2014 destapou a crise estrutural que estava escondida desde há muito. Falhámos na educação, na saúde, na diversificação da economia e até a jóia da coroa – as infra-estruturas – fracassou. A reconciliação nacional ficou incompleta. O país precisa de olhar para os seus alicerces para encontrar um rumo.

AF - De que modo as circunstâncias históricas que viveu marcaram a sua trajetória profissional e política?

FP - Interessei-me pela política era ainda criança, quando aprendi com o meu pai que não era português, como me diziam na escola. Vivi intensamente, aos 12 anos, a violenta repressão das forças coloniais portuguesas – incluindo civis – sobre milhares de angolanos letrados acusados, sem o mínimo fundamento, de estarem aliados aos “terroristas” do 15 de Março e a preparar a morte de portugueses. Cresci num ambiente marcado pela actividade agrícola. Influenciado por certas leituras, como, por exemplo, Jorge Amado e Josué de Castro, foi-se consolidando em mim a convicção de que podia ajudar a combater as injustiças e a fome que entravam pelos meus olhos estudando agronomia. Se pudesse voltar atrás faria o mesmo percurso, estou certo disso.

1 Instituto Mosaiko 2015 (Rede Angola/Info)

AF - Nos trabalhos de campo que realizou (Huambo, Malanje, Uíje, etc) ao longo da sua atividade profissional, pareceu-lhe confortável constatar que Angola é um país de grande potencial quanto aos recursos naturais, no entanto, o que tem faltado para ele se tornar efetivamente um país com relações sociais mais igualitárias?

FP - Quando se fala do potencial de Angola há que separar a realidade do mito. Angola é muito rica em petróleo e diamantes e os angolanos na generalidade não beneficiaram disso porque essa riqueza esteve sempre capturada por grupos muito restritos, antes e depois da independência. Isto é real. Mas se falarmos da extraordinária fertilidade dos solos de Angola para a agricultura, entramos para o campo dos mitos. A ignorância e ingenuidade dos governantes e das elites em geral fazem-nos acreditar nas farsas induzidas por negociantes aventureiros e consultores sem escrúpulos. O investimento feito pelo governo colonial português na investigação científica ligada à agricultura – excelente nos condicionalismos da época – revelou, por exemplo, que os solos padeciam de muitos males e que o seu aproveitamento exigiria bastante investimento. O governo angolano desprezou a investigação científica, porque, como dizia a saudosa Christine Messiant, entendia que o dinheiro do petróleo podia comprar tudo, incluindo o conhecimento. Então, para que Angola encontre um rumo que permita aos seus cidadãos uma vida digna no domínio material e imaterial e tornar-se “um bom país para se viver”, é preciso antes de mais que se conheça o território e as gentes em termos holísticos, os recursos naturais, a história, as comunidades na sua extraordinária diversidade. Os pontos fortes, mas também os fracos, as limitações. Angola precisa de acabar com a arrogância e os preconceitos de superioridade, de ter humildade suficiente para aprender as experiências de outros povos e, não despreciando, aprender que, por mais longa que seja a marcha, começa sempre pelo primeiro passo, e que ninguém pode dar passos maiores do que as pernas.

AF - A criação e coordenação de uma importante ONG, como a ADRA, permitiu-lhe conhecer os reais problemas das comunidades rurais durante o atroz período da guerra civil. Quer referir o essencial da ação então desenvolvida pela ADRA e do eventual modelo de desenvolvimento rural que aconselha, com base nessa experiência comunitária?

FP - O foco do trabalho da ADRA é, desde o início, a interação com populações que, por si sós, têm dificuldades para enfrentar os inúmeros problemas que as afectam e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre essa prática, o que permitiu a recuperação e ajustamento de uma estratégia e um modelo de intervenção – o desenvolvimento comunitário). Testam-se práticas educativas

responsabilizantes e geradoras de autonomia para permitir influenciar as políticas públicas no campo da democracia e do desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento comunitário não é, pois, igual a desenvolvimento das comunidades, mas um método, um caminho, para que as comunidades se desenvolvam com a autonomia possível.

O desenvolvimento comunitário afirma-se então como um modelo de educação não-formal, um processo pedagógico que visa o desenvolvimento das comunidades, a sua autonomia e o seu "empoderamento" e afinal o exercício da cidadania pelos seus membros. São usadas práticas participativas que vão evoluindo até à autogestão, entendida, claro, em termos relativos. Hoje há grupos que fruto desse processo constituíram cooperativas e outras formas associativas que agem com alguma autonomia, como caixas de crédito solidário, por exemplo, que são reconhecidas pelo poder de Estado, pelos bancos e por outros actores, incluindo do sector privado, que antes as ignoravam.

O desenvolvimento comunitário está a proporcionar a criação de espaços de participação a diferentes níveis, que representam novas oportunidades para os cidadãos deliberarem sobre assuntos de natureza e interesse comuns, incluindo políticos, o que favorece o crescimento da sua cultura democrática. Um exemplo desses espaços é a realização anual dos Encontros das Comunidades que integram a rede de influência da ADRA onde os seus representantes discutem com altos funcionários do Governo políticas do seu interesse.

Em síntese, os resultados do desenvolvimento comunitário são evidenciados no domínio da vida material, pois hoje as pessoas têm acesso a alimentos de forma mais sustentada; no domínio social, através do acesso a serviços de saúde e ao ensino; no domínio cultural, devido à preocupação com o resgate de valores, ao reconhecimento e valorização de formas organizativas e instituições tradicionais e à assunção da multiculturalidade; no domínio cívico, pela afirmação progressiva da cidadania e da autonomia; no domínio político, pelo aumento gradual do poder das autoridades comunitárias e pela ampliação desses poderes a novos actores comunitários e por uma mais larga participação dos diferentes grupos e pessoas, sobretudo mulheres, na vida das comunidades; finalmente, no domínio organizativo, através da recuperação do papel de algumas das formas organizativas "tradicionais" ou endógenas e da adopção de outras de gestão modernizantes, tais como grupos de interesses para a água e saneamento, produção agrícola, microcrédito, saúde, educação e género. A presença da pedagogia e da praxis libertadora no trabalho está patente na evolução das representações das pessoas envolvidas e que expressam a mudança progressiva da situação de "beneficiários" para "autores sociais".

Pelos resultados alcançados e pelo seu reconhecimento, ainda que nem sempre expresso, pelo Governo e pela sociedade, é legítimo pensar que o desenvolvimento comunitário pode ser uma das soluções para um desenvolvimento rural que se deseja rápido mas seguro. Sublinho “uma das soluções” pois não acredito que haja uma solução única para o país, dada a sua diversidade e a pluralidade de experiências positivas conhecidas universalmente.

AF - Conhecendo os investimentos feitos na última década no sector agrário, como avalia o funcionamento de empresas estatais e privadas? É possível atribuir à ineficácia das práticas de gestão, os resultados até hoje alcançados ou existem outros bloqueios que afetam a produção?

FP - Nos últimos 14 anos, com maior incidência a partir de 2011, o Estado angolano gastou, segundo a minha estimativa, mais de 1,5 mil milhões de dólares em cerca de duas dezenas de empresas agro-industriais públicas, chamadas de grande e média escala. Todas elas padecerem de males comuns iniciais. Não tiveram o suporte de estudos técnicos e económicos, nem ambientais, e foram dimensionadas de modo desequilibrado. Por exemplo, as unidades industriais foram construídas como se a produção de matérias-primas atingisse o zénite logo no primeiro ano. O resultado foi a disponibilidade de uma capacidade ociosa que viciou os resultados logo de início. Depois a capacidade ociosa estendeu-se à produção de matérias-primas e começou o processo de falência. O sobredimensionamento exigiu muita mão-de-obra expatriada, ela também sobredimensionada, e caríssima. Com os problemas financeiros a partir de 2014, a tampa foi destapada e aquilo que era um problema estrutural foi mascarado de dificuldades conjunturais. Em muitas empresas privadas aconteceu o mesmo porque foram constituídas com empréstimos bancários bonificados e na perspectiva de fuga ao pagamento. Algumas dessas empresas já faliram e outras irão pelo mesmo caminho dentro de pouco tempo. O problema é, pois, também de modelo. A nossa cultura empresarial não está em sintonia com a dimensão dos projectos. No fundo, o que tenho designado por “modelo da grande dimensão de inspiração soviética” estava e está de acordo com a atracção pelo megalómano que tem caracterizado o comportamento dos governantes angolanos desde os primeiros anos de independência. Tal modelo peca por não estar ajustado à capacidade de gestão, porque cria dependência do exterior, e logo não é sustentável, e por facilitar a apetência para o desvio e para a corrupção.

AF - Ao nível das empresas estatais em particular, tem-se verificado a desresponsabilização e a falta de prestação de contas por parte dos seus responsáveis. De que modo isso tem impedido

o seu crescimento sustentado, a fim de satisfazer o mercado em bens essenciais para a subsistência da população?

FP - Pelo que disse antes, as empresas estatais não têm qualquer viabilidade no sector da agricultura. Com tanto dinheiro gasto desde que a guerra acabou Angola importa anualmente mais de três mil milhões de dólares de alimentos. Absolutamente inadmissível.

AF - Deveriam essas empresas ser substituídas por empresas de pequena e média dimensão, capazes de suportar os desafios do mercado interno? Ou há outras questões envolvidas?

FP - Os angolanos – e não estou a falar apenas dos governantes e dos altos funcionários do Governo e do Estado – têm uma atração fatal pelo que é grande ou mesmo gigante. Um sentimento que deriva de dois preconceitos, o da arrogância e do “subdesenvolvido” que quer ser estar à mesa dos maiores do mundo. Exemplifico. Por vezes sou contactado por pessoas que querem ajuda para iniciarem um projecto agrícola. Tendo em conta a ausência de quase tudo – experiência, conhecimento, recursos financeiros – sugiro começar com uma área de trabalho de 10 a 50 hectares e um pedido de financiamento de 50 a 100 mil dólares. Nenhuma delas aceita pois, segundo elas, uma pequena actividade não dá dignidade nem prestígio. Querem mil hectares e um milhão de dólares. Procurando agir de modo correcto sugiro que vão procurar outros profissionais. No tempo do dinheiro fácil alguns conseguiram, mas nenhum, absolutamente nenhum, teve sucesso. Ao defender as pequenas e médias empresas, e mesmo micro, estou a ter em conta a falta de experiência e de capacidades em sentido lato, mas também a possibilidade de controlo de eventuais desvios e a preocupação com a sustentabilidade. Públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nesta fase em Angola as empresas agrícolas de grande dimensão, salvo uma ou outra excepção, estão condenadas ao fracasso, pois a cadeia de factores limitantes a montante a jusante da produção é enorme. Com o tempo e com um trabalho coordenado para que o mercado seja finalmente estruturado acredito que muitas poderão crescer e talvez agigantar-se.

Propostas para a solução gradual dos bloqueios atuais

AF - Além de desejável, afigura-se possível a definição de políticas sociais à medida dos recursos humanos e naturais que Angola detém atualmente. Quais deverão ser, no seu entender, os pilares do desenvolvimento do país na próxima década? Que tecnologias deverão ser priorizadas de modo a adequá-las aos recursos humanos disponíveis?

FP - Educação em primeiro lugar, com prioridade para a iniciação, o primário e o secundário, e o técnico-profissional, mas tudo ancorado numa criteriosa formação e refrescamento ou reciclagem de professores. Atenção à saúde, particularmente à saúde pública e à educação para a saúde. Agricultura, procurando tirar partido dos agricultores existentes e dos seus conhecimentos ancestrais. Não temos condições para avançarmos para uma agricultura tecnologicamente desenvolvida a curto prazo. Sei que posso – e sou frequentemente – rotulado de querer travar o progresso porque temos de pensar no aumento da produtividade. Mas o certo é que os mais de dois mil milhões de dólares gastos nesse tipo de agricultura não trouxeram quase nada, em sentido literal. Com algumas pouquíssimas exceções foram fracassos absolutos. A tecnologia adoptada tem de estar em equilíbrio com a capacidade de apreensão. Quando isso não acontece, é o descalabro ou a dependência. Cujos efeitos estão à vista no mundo actual.

É importante também pensar nas infra-estruturas (estradas, caminhos de ferro, água, energia), e aí já as opções da dimensão e da tecnologia podem ser de outra natureza, mas mesmo assim, quando se pensa à escala local, do município ou da aldeia e do bairro, o raciocínio deve conduzir a soluções mais sensatas do ponto de vista das escolhas tecnológicas, para que não haja excessiva dependência “externa”.

AF - Desenvolvimento sustentável não pode ser dissociado da adequada utilização do ambiente. Considera oportuno equacionar o recurso a energias alternativas num país vasto e diverso como Angola?

FP - Claro que sim. Um dos problemas de criminalidade em Angola nos dias de hoje é o roubo de material dos sistemas de transporte de energia eléctrica. Não há capacidade para que isso seja evitado. Também aqui é preciso saber ou aprender a pensar pequeno, para que o controlo social seja possível. O país tem condições para o aproveitamento dos recursos naturais existentes, de água, sol e vento para fazer melhores apostas em energias renováveis. Mas aqui também o pensamento nacional é ainda muito pobre por influência do petróleo.

AF - Do seu exercício como presidente do OPSA, suponho que adquiriu uma visão mais realista e objetiva acerca do futuro de Angola. Serão o nepotismo e a corrupção males endémicos em Angola, com os quais terá de se conviver mesmo em democracia? Ou que ações V. preconiza para os eliminar ou restringir, numa estratégia de curto e médio prazo?

FP - Até há um ano dizia-se em Angola que existia corrupção porque era um mal mundial e nada se fazia para acabar com ela. Agora estamos a viver um momento diferente. Estão a ser dados passos importantes para acabar com a impunidade e isso terá reflexos no nível e tipo de corrupção. Obviamente continuará a acontecer, como acontece em quase todo o mundo, mas o descaramento será diferente.

Enquanto a corrupção, no meu entender, é um problema de ética mas tem forte ligação à política, o nepotismo é um fenómeno mais complexo e deve ser encarado em termos sociológicos e culturais e analisado com mais profundidade. Numa sociedade onde a família extensa tem um papel notável na regulação social, uma pessoa que a partir de determinado momento passa a dispor de poder considerável fica sujeito a enormes pressões. Perante elas tem de optar frequentemente entre a fidelidade aos princípios da boa governação e a solidariedade familiar ou de grupo. E a escolha tem recaído tendencialmente no grupo e na família.

AF - Para voltar à sua preocupação com o exercício do poder local, Você constatava em 2002 que havia “um grande vazio de conhecimento sobre o que representam hoje os poderes tradicionais e suas chefias: questionam-se a legitimidade, a representatividade, os títulos, as funções, o território de jurisdição, a autonomia, as relações com o Estado. Quase nada é pacífico”.² Em 2018 ainda constata a permanência desse desconhecimento, apesar da expansão do ensino universitário a todas as províncias? Estarão os jovens estudantes e os seus docentes sensibilizados para estudar, analisar e intervir no desenvolvimento comunitário?

FP - O ensino universitário, que eu saiba, quase não se preocupa com estas questões. Salvo quando alguém queira fazer um estudo concreto, o que é muito raro. O poder tradicional quase foi remetido para o campo do folclore a sua tutela passou para o Ministério da Cultura, o que é bizarro, em meu entender. Ainda não está definido em termos legais o estatuto e as atribuições das autoridades tradicionais. São representantes das comunidades junto do Estado ou do Estado junto das comunidades? Acabam por ser uma coisa e outra, consoante as circunstâncias. Mais grave ainda é o aproveitamento político-partidário que se faz delas.

2 In “Autoridades tradicionais e estruturas de poder em Angola”. p.6

Quanto ao desenvolvimento comunitário é algo que infelizmente quase só é tratado na ADRA. Para o senso comum, como disse antes, desenvolvimento comunitário é sinónimo de desenvolvimento das comunidades. Para a ADRA, o entendimento é o universal, isto é, é um método e uma opção de desenvolvimento ancorada na cidadania. A ADRA faz todos os anos formações em desenvolvimento comunitário, que são momentos muito ricos de reflexão sobre as práticas a nível das comunidades. Mas não perdemos a esperança de ver estas matérias tratadas no ensino médio e universitário, porque as instâncias oficiais estão mais receptivas.

AF - Sendo fundamental estabelecer com solidez em Angola uma Educação para o Desenvolvimento, quais deverão ser as prioridades a estabelecer pelo Sistema de Ensino, desde a escola primária até ao ensino médio, quanto aos recursos naturais (água, energia solar, etc) ?

FP - Respondendo de modo sintético diria que a educação para o desenvolvimento deve ser vista de modo holístico, atendendo aos problemas ambientais em geral e aos sectoriais que refere, incluindo ainda a agricultura, a indústria, a exploração mineira e petrolífera, e a todos os níveis, desde a iniciação ao superior, e aqui em todos os cursos. Há anos o saudoso José Negrão, economista moçambicano, defendeu uma cátedra no domínio do desenvolvimento para todos os cursos da Universidade Eduardo Mondlane. Estou completamente de acordo. Isto passaria pela educação em termos de refrescamento dos professores a todos os níveis e por um trabalho convergente da comunicação social.

AF - De modo a assegurar uma ocupação e gestão equilibradas do território nacional, que medidas poderão incentivar os jovens a focar a sua ação formativa e profissional em centros de desenvolvimento regional?

FP - O que é fundamental é que sejam criadas condições de vida atractivas no interior do país para os jovens urbanos e para fixar os rurais. Dado o modo como os municípios rurais ficaram esvaziados, isto obriga a um esforço enorme e concertado de recriação das economias locais com base na agricultura e na indústria de pequena e média dimensão, e na melhoria dos serviços sociais básicos. Havia um slogan “A vida faz-se nos municípios” que, tal como outros, era apenas mimético, agora há que torná-lo um objectivo.

Veja-se o que se passa neste momento com o concurso para colocação de médicos nos municípios, dada a carência local e a existência de grande número de médicos desempregados. Os médicos não querem ir para os municípios alegando falta de condições de vida e de trabalho. É quase dramático.

AF - Perante o debate recente sobre a descentralização do poder político, e a defesa dos méritos da administração local, chegamos ao ponto de analisar a sua eventual sustentabilidade no meio rural. V. alertou recentemente para o facto de que “As autarquias só fazem sentido se fizerem uma diferença positiva na vida das pessoas”. (*Jornal de Angola*. 8.8.2018). Quer com isso significar que aspetos negativos podem emergir da ação dos agentes administrativos designados pelo Estado, tanto no desenvolvimento como na coesão social?

FP - Novamente a questão do contexto que envolve a frase não foi tida em conta. Em Angola vive-se demasiado em função de expectativas com elevadas fasquias. Há sempre um amanhã próximo que há-de cantar. Perante as dificuldades existentes, cuja responsabilidade é frequentemente atribuída ao governo central, não sem razão, alguns actores políticos estão a colocar expectativas demasiado optimistas nas autarquias para a solução dessas dificuldades. Não acredito que tal possa acontecer a curto prazo devido à crise estrutural e conjuntural que se vive. Os resultados positivos terão lugar a prazo, disso não tenho muitas dúvidas. Mas o processo de organização das eleições e da institucionalização das autarquias estará muito dependente de decisões dos actuais poderes. E estes têm de dar sinais de desejarem uma espécie de “recomeço” do país, a partir do local, com novas ideias, novas políticas e novas práticas. Do meu lado, desejo e acredito na possibilidade de se aproveitar a oportunidade da institucionalização do poder local para se arrumar o país, corrigindo o que está mal nos municípios e iniciar um processo de desenvolvimento mais endógeno, partindo de um maior conhecimento das realidades locais com toda a riqueza da sua diversidade para se construir um caminho para uma Angola renovada e reconciliada.

AF - E como tema da nossa conversa, impõe-se a questão de conhecer o seu ponto de vista acerca dos papéis que a Mulher Angolana desempenha atualmente nos meios rurais, sendo o sustentáculo mais importante do seu desenvolvimento. Que apoios específicos deverá o Estado atribuir especificamente às mulheres de modo a reforçar o seu papel económico e social?

FP - A minha filosofia de vida induz-me a pensar que só é sustentável um processo que tiver condições para tal. Dizendo de outro modo, o importante é a criação de condições para que as mulheres lutem e conquistem os seus direitos. As quotas e a discriminação positiva podem ajudar, mas só por si elas não resolvem. Então o que o Estado, as organizações da sociedade civil e o sector privado devem fazer é criar um ambiente que permita e encoraje essa luta. Falando das mulheres rurais, que estão sempre na primeira linha das minhas preocupações, as políticas devem ser direccionadas para a educação em sentido amplo, os cuidados de saúde e a introdução de tecnologias agrícolas e não-agrícolas que diminuam o esforço e o tempo da

mulher agricultora, de modo a permitir que ela possa ambicionar outros papéis. A experiência da ADRA mostra como mulheres podem ter um papel importante na gestão as caixas de crédito comunitário, por exemplo. Infelizmente, quando se fala em mudança tecnológica na agricultura o pensamento vai logo para o tractor. Este pode resolver alguns problemas, mas não é a prioridade das mulheres. Estas precisam de tecnologias que contribuam para mitigar o tempo e a energia gastos no transporte de água e de lenha, para a sacha das culturas, para a transformação de milho ou mandioca em farinha. O polaco Kapucinsky dizia, com muita sapiência, que a introdução do bidon para transportar água constituiu uma revolução para a agricultura africana.

Em torno da liberdade, direitos e cidadania e sua evolução desde a independência.

AF - Nos frequentes diagnósticos que fez dos problemas sociais angolanos, como lidou com as pressões pessoais, por conta das suas opções políticas?

FP - Mentiria se dissesse que a minha actividade profissional não tenha sido condicionada, ou mesmo prejudicada, pelas minhas opções. O triste é que nunca houve abertura para um debate aberto sobre o assunto. Mas o prestígio da ADRA, principalmente junto das populações e dos órgãos locais do Estado e a importância do trabalho realizado ajudou muito a superar dificuldades. Agora que a verdade do país não é escondida, constata-se que afinal tínhamos razões para falar e agir como fazíamos. O que tentei sempre fazer foi agir com independência em relação aos poderes constituídos e em favor daquilo que considero certo para as pessoas e para Angola.

AF - Você sempre conheceu os limites das ações que empreendeu? Acha que hoje elas teriam ou poderão ter outra repercussão na sociedade civil ou mesmo no poder central?

FP - A minha acção esteve e está ancorada no conhecimento global do país e das experiências de trabalho com comunidades. Agindo no local, procurei sempre influenciar as políticas a nível central. E acho que consegui alguns bons resultados. Em termos de adopção de políticas e do reconhecimento de erros. Sinto-me confortável com o que fiz e faço. Angola vive um novo momento e foi gratificante ouvir o actual Presidente da República dizer que é preciso que o partido no poder, o seu partido, se aproxime dos “verdadeiros representantes da sociedade civil”, o que representa, afinal, o reconhecimento dos feitos anteriores, nos quais me sinto incluído, depois de um período relativamente difícil.

AF - Costuma-se dizer que em Angola havia Estado a mais nuns casos e Estado a menos noutros. Em relação à sua experiência, com longa atividade na área da agricultura ao longo dos anos,

como se deteta essa contradição no seio das comunidades rurais? Por que tem tardado a articulação das políticas adotadas com as reais necessidades locais? Existem perspectivas para inverter esta situação e tornar Angola menos dependente dos mercados exteriores?

FP - O Estado é percebido de forma contraditória pelas comunidades rurais. Por um lado, ainda é visto como um prolongamento do estado colonial no que respeita aos aspectos repressivos, apesar das diferenças de poder e de capacidade, e no que tange à distância física e estrutural. Mas por outro lado é encarado como uma entidade paternal que as pessoas procura e à qual se submetem para solução dos seus problemas, apesar da sua incapacidade profusamente demonstrada. As instituições da Administração Local do Estado são muito frágeis em termos de capacidades e de recursos e não conseguem ter um relacionamento com as comunidades que não seja a definição de “orientações” para serem cumpridas. Nos últimos foram ensaiadas formas de auscultação e concertação, mas na melhor das hipóteses só se consegue a primeira. O poder de Estado não sabe, mesmo que quisesse, negociar com as comunidades. No último ano nota-se alguma evolução positiva, mas as dificuldades referidas são notórias. A inversão só será possível com o tal “recomeço” que possa permitir a inclusão das pessoas que vivem nas comunidades locais para que elas sejam as principais promotoras do seu próprio desenvolvimento. Note que eu não falei de desenvolvimento inclusivo, pois, no meu entender, o desenvolvimento que não é inclusivo nem sustentável não é desenvolvimento.

Aida gisela freudenthal: Natural de Maputo, Moçambique, Professora de História em Angola até 1980; membro do Centro de Investigação Pedagógica na RP Angola entre 1975-1980, Mestrado em História Contemporânea na FCSH- Universidade Nova de Lisboa. 1988-1990, Investigadora de História de Angola, com contribuições várias em obras coletivas, artigos em revistas de Ciências Sociais (Portugal, Angola e Brasil), na década de 90 e até 2010. Participação em Projetos e Exposições com temáticas afins. Pesquisa arquivística em vários países. Atualmente sou investigadora independente.

Como citar este artigo:

Freudenthal, Aida gisela; Entrevista á Fernando Pacheco por Aida Freudenthal
. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA -
INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 549-562 Dispon
ível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528.
DOI:10.12957/transversos.2019.41884.